

Marcelo Abelha Rodrigues

**PROCESSO
CIVIL
AMBIENTAL**

5.ª edição

Revista, atualizada
e ampliada

2021

 EDITORA
*jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

- Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Freddie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Isabella Giordano (giordano.bella@gmail.com)

Capa: Marcelo S. Brandão (santibrando@gmail.com)

- A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 4ª edição.

R696p Rodrigues, Marcelo Abelha.

Processo Civil Ambiental. / Marcelo Abelha Rodrigues – 5. ed. rev. ampl. e atual. – Salvador: Editora JusPodivm, 2021.

320 p.

ISBN: 978-65-5680-131-5

1. Direito ambiental. 2. Direito Processual Civil. Rodrigues, Marcelo Abelha. II. Título.

1185467

CDD 341.347

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

A EVOLUÇÃO JURÍDICA E LEGISLATIVA DO DIREITO AMBIENTAL NO PAÍS	23
--	----

CAPÍTULO 2

PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO	31
--	----

1. Introito	31
2. Princípio da ubiquidade	32
3. Princípio do desenvolvimento sustentável	32
4. Princípio do poluidor-usuário pagador (PUP)	37
4.1 Premissas para compreensão do PUP	37
4.2 Subprincípios de concretização do PUP	41
4.2.1 Aspectos gerais	41
4.2.2 A prevenção	41
4.2.3 Precaução	42
4.2.4 Responsabilização civil, penal e administrativa	43
4.2.5 Função sócio ambiental da propriedade privada	44
4.2.6 Usuário pagador	45
5. Princípio da participação	46

CAPÍTULO 3

CONCEITOS GERAIS DO DIREITO AMBIENTAL	49
1. Ecologia e o direito ambiental: conceitos fundamentais	50
1.1 Introdução	50
1.2 Meio ambiente	51
1.3 Compreensão de conceitos fundamentais de ecologia para a perfeita identificação do direito fundamental ao equilíbrio ecológico	53
1.3.1 Conceito e origens	53
1.3.2 Os fatores espaciais e temporais e os níveis organizacionais de estudo da ecologia	54
1.3.3 Os diferentes níveis organizacionais dos componentes bióticos e do fator espacial ..	56
1.3.4 Outros termos e expressões das ciências ecológicas tratados na legislação ambiental brasileira	58
2. O direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado	60
3. Os componentes (recursos) ambientais como conteúdo do <i>equilíbrio ecológico</i>	62
4. O bem ambiental (equilíbrio ecológico – com seus componentes) e suas características (titularidade, indivisibilidade, regime jurídico de uso comum, reflexibilidade e instabilidade)	68
5. O conceito de poluidor	75
6. O conceito de poluição	78
6.1 Poluição e meio ambiente	78
6.2 Poluição e efeitos da poluição	80
6.3 Poluição sob a perspectiva da antijuridicidade ambiental	81

CAPÍTULO 4

O NOVO PAPEL DO ESTADO FRENTE AOS BENS AMBIENTAIS – UM NOVO REGIME JURÍDICO	85
---	----

CAPÍTULO 5

PROCESSO CIVIL E A CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL AO EQUILÍBRIO ECOLÓGICO	93
---	----

1. Estado Democrático de Direito e o processo como método (democrático) de sua atuação	93
2. Processo e realização dos direitos fundamentais	100
3. A unidade e integridade do direito objetivo como valor fundamental do Estado brasileiro e o papel da tutela jurisdicional: a segurança, isonomia, confiança e tempestividade da tutela pela valorização dos precedentes das cortes de cúpula	102
4. Os conflitos de massa e a tutela jurídica	107
4.1 Sociedade de massa, homem-massa, conflitos de massa	107
4.2 Interesses coletivos <i>lato sensu</i> : o equilíbrio ecológico visto como bem difuso	111
5. Conflitos de interesses e técnica processual	118
5.1 As crises jurídicas	118
5.2 Crises jurídicas ambientais	122
5.2.1 Os litígios ambientais: maior incidência dos deveres ambientais	122
5.2.2 Os deveres ambientais e a tutela mais coincidente possível com a regra de direito material	124
5.2.3 A impossibilidade da maior coincidência possível e a reparação específica	124

5.2.4 As técnicas processuais para obtenção da tutela específica e da reparação in natura 125**CAPÍTULO 6**

O DIREITO AO EQUILÍBRIO ECOLÓGICO E SEUS REFLEXOS NOS INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	133
1. O novo CPC e o meio ambiente	134
2. Razões sociais e jurídicas que justificaram o CPC de 2015	135
3. Direito de ação e meio ambiente	142
3.1 Princípio do acesso à justiça e tutela do meio ambiente	142
3.2 Ação popular ambiental	150
3.2.1 Origens	150
3.2.2 Requisitos fundamentais	151
3.2.3 A legitimidade ativa e passiva na ação popular	153
3.2.4 A posição do Ministério Público	154
3.2.5 Pedido na ação popular	155
3.2.6 Coisa julgada <i>secundum eventum probatoris</i>	155
3.2.7 Ação popular e tutela ambiental	156
3.3 Ação civil pública ambiental	158
4. Solução consensual dos conflitos ambientais: termos de compromisso ambiental e compromisso de ajustamento de conduta à ordem jurídica ambiental	159
5. Legitimidade para agir e tutela do equilíbrio ecológico	164
6. Elementos da demanda ambiental	177

SUMÁRIO

6.1 Partes	178
6.2 Pedido e causa de pedir	182
6.3 Competência, conexão, continência e litispendência nas lides ambientais	188
6.3.1 Introito	188
6.3.2 O local do dano	189
6.3.3 A modificação da competência	197
6.4. Tutela de urgência nas demandas ambientais ...	201
6.4.1. Introito	201
6.4.2 Aspectos gerais	204
6.4.3 O fenômeno da urgência	206
6.4.4 A fungibilidade e a temporariedade das tutelas de urgência prestadas mediante antecipação do provimento judicial	209
6.4.5 Temporariedade	210
6.4.6 Fungibilidade	212
6.4.7 A probabilidade do direito nas tutelas de urgência mediante adiantamento do provimento jurisdicional	214
6.4.8 Estabilidade da medida de urgência	216
6.4.9 Tutela de urgência cautelar e a tutela de urgência antecipatória	223
6.4.10 Momento de concessão da tutela urgente	224
6.4.11 A tutela de urgência antecipada requerida em caráter antecedente	225
6.4.12 A tutela de urgência cautelar requerida em caráter antecedente	228
6.4.13 Técnicas mandamentais e executivas <i>lato sensu</i> e tutela ambiental	230

6.5	Direito probatório e meio ambiente	232
6.5.1	Introito	232
6.5.2	O ônus da prova: regras de distribuição ..	236
6.5.3	Meios de prova e meio ambiente	254
6.5.4	O problema da insuficiência da prova nas lides ambientais	258
6.6	Liquidação do dano ambiental	272
6.6.1	A importância da dimensão subjetiva e objetiva na liquidação do dano ambiental .	272
6.6.2	A reparação integral e a delimitação do marco temporal e espacial do dano ambiental	273
6.6.3	Dano ambiental (coletivo) e danos indi- viduais reflexos	273
6.6.4	Efeitos do dano ambiental	277
6.6.5	O procedimento liquidatório	280
6.7	Efetivação dos provimentos ambientais	282
6.7.1	Considerações iniciais	282
6.7.2	Norma jurídica concreta ambiental	282
6.7.3	Efetivação dos títulos executivos extra- judiciais	283
6.7.4	Termo de ajuste de conduta e obrigações de fazer ilíquidas	283
6.7.5	Cumulação de obrigações contidas no título e execução	284
6.7.6	A multa nos termos de ajustamento de conduta	285
6.7.7	Execução de obrigação de não fazer contida em título extrajudicial	285

SUMÁRIO

6.7.8 Execução de título extrajudicial e tutela de urgência	286
6.7.9 Execução de títulos executivos judiciais	286
6.8 Responsabilidade patrimonial e desconsidera- ção da personalidade jurídica	290
 6.8.1 Considerações preliminares	290
6.9 Coisa julgada e meio ambiente	295
 6.9.1 Características do meio ambiente	295
 6.9.2 Os reflexos na coisa julgada ambiental	297
BIBLIOGRAFIA	303